

A ACLAMAÇÃO DE 1640. O RACIOCÍNIO DOS RESTAURADORES¹

Abílio Pires Lousada

Em 1640, Portugal apresentava-se como um Reino dependente e controlado politicamente pelos agentes nomeados a partir do Escorial, neutralizado militarmente pelos *tercios* castelhanos, amordaçado socialmente pelo «braço» tentacular do Santo Ofício e tributado excessivamente pelos «publicanos» de Madrid. Os filipes reinavam há sessenta anos uma Península Ibérica unipolar, detinham uma máquina militar imparável e eram senhores de um império onde o sol nunca se punha.

Mas existiam problemas que se avolumavam no seio da Monarquia Hispânica, envolvida em guerras generalizadas na Europa, com destaque para a dos Trinta Anos e o confronto com a França. A Extremadura estava exaurida, Aragão proclamava a pobreza existente, Castela sentia crescentes dificuldades em «alimentar» a dinâmica imperial, a Catalunha estava em fase pré insurreccional e em Portugal era impossível disfarçar a insatisfação generalizada.

Sentada em cima de um barril de pólvora, a unicidade hispânica na Península Ibérica implodiu nesse ano de 1640. Se, em Barcelona, foram os camponeses que se revoltaram contra a «nomenclatura» castelhana, acicatados pelo clero e apoiados depois pela aristocracia catalã, em Portugal o movimento evoluiu em sentido inverso pois coube às classes superiores repensar os méritos e as vantagens da União Ibérica, a que aderiram as massas após o facto consumado em Lisboa. Indirectamente, no centro do processo está D. João II, 8.º duque de Bragança. De facto, o visível descontentamento e os movimentos em surdina que se verificavam em Portugal levaram a oposição interna portuguesa e as autoridades castelhanas, por razões diferentes, a centrar a atenção na sua figura. Para os primeiros, defensores do rompimento unilateral com a dinastia dos Filipes, o duque representava a esperança de recuperação da dinastia portuguesa; para os segundos, conscientes dessa possibilidade, ele concentrava os principais receios de poder dar voz à vontade dos secessionistas. Por isso, cada qual procurou manobrar no sentido de ganhar a sua simpatia.

O momento forte confluiu no Terreiro do Paço, através de um golpe de Estado palaciano que aclamou D. João IV e restaurou a dinastia portuguesa. Da Aclamação à Restauração; obra de conjurados, políticos e eclesiásticos, soldados e marinheiros, diplomatas e mercadores e o povo anónimo, disponíveis a assumir o devir português. Partindo da

¹ Decorrente de Palestra proferida no âmbito das Conferências da Comissão Portuguesa de História Militar, em 15 de Dezembro de 2017.

Aclamação Dinástica para a Restauração da Portugalidade, este texto procura aferir as *razões que conduziram ao 1.º de Dezembro*, ao nível das causas, das motivações e da oportunidade. Avança para os *Momentos da Aclamação*, centrando-se nos Conjurados e no respectivo processo conspirativo e acompanha o golpe Palaciano do Paço da Ribeira. De seguida foca-se na análise do *Raciocínio dos Restauradores* relativamente ao *day after*, isto é, a necessidade de legitimar internacionalmente a nova dinastia, a obrigatoriedade em recuperar os domínios ultramarinos perdidos e a urgência em Defender o Território Metropolitano. Depois infere as *Estratégias de Portugal e da Espanha* relativamente à forma como lidaram com os factos apresentados e termina com o *Portugal Restaurado*.

Através deste breve estudo, talvez seja perceptível como é que Portugal pôde ser capaz de refutar unilateralmente, num primeiro momento, a tutela face a uma potência centrípeta tida como hegemónica à época, e sustentado, durante quase três décadas, uma guerra de sobrevivência política, que logrou vencer.

RAZÕES DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1640²

Percepcionando o período da União Ibérica, aventamos que as causas, as motivações e a oportunidade entroncam na errática política da Monarquia Hispânica no que ao Espaço Ibérico diz respeito.

Causas

São de vária ordem, identificados como catalisadores gerais: i) o «crime» de lesa Tomar, de que destacamos a ocupação de cargos da administração pública e militares por membros não portugueses ou mal quistos por estes (como a nomeação de Miguel de Vasconcelos para secretário de Estado) ou a concessão do vice-reinado a não membros da realza hispânica (Cristóvão de Moura); ii) a Lei das Armas, enquanto leva militares para combater pela Monarquia Hispânica nas guerras europeias; iii) a tributação de impostos extraordinária sem a consulta de Cortes; iv) a reduzida influência que, crescentemente, a nobreza autóctone teve nos assuntos internos da Monarquia e os relativos à condução da política interna e externa portuguesa. Trata-se de causas políticas que discriminaram, sobretudo, a nobreza.

Depois temos a indisponibilidade de Castela lutar pelos interesses portugueses no Oriente e a incapacidade revelada face aos do Ocidente, que relevam causas económicas,

² Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*, Lisboa, Fronteira do Caos, 2012.

territoriais, míticas e religiosas, que indispôs a burguesia e o clero evangelizador. Por fim temos as causas financeiras, decorrentes da excessiva tributação de impostos a que o tecido social português foi sucessivamente sujeito (sisa sobre as transacções ou o Real d'Água sobre a carne e o vinho), que originou revoltas, com destaque para a de Évora, agudizando o Povo.

Estavam lançados, assim, os três principais temas que fomentaram o anti castelhanismo em Portugal, aglutinador dos três estratos sociais.

Motivações

Destaque para a acção insidiosa do cardeal Richelieu, primeiro-ministro da França, que a partir dos motins populares de Évora (janela de oportunidade) e através dos seus agentes (Tillac e, principalmente, Saint Pé) instigou a nobreza a refutar a suserania castelhana, mediante promessas de apoio político e ajudas financeiras e militares (1638);

Referência ainda para a derrota naval na Batalha das Dunas (Setembro-Outubro de 1639) da frota hispânica de António Oquendo, ante a das Províncias Unidas de Stomp, que originou o abatimento do poder naval da Monarquia, que perdeu 29 navios e cerca de 6.000 homens. Convém lembrar que a frota de Oquendo, quando não estava em operações, fundeava, por norma, no porto de Lisboa, principalmente durante o Inverno. Tal situação anulou, no 1º de Dezembro, a presença dissuasora desse meio armado em Portugal.

A Oportunidade

O acontecimento decisivo que impeliu os conjurados portugueses à acção e tornou irreversível o movimento que conduziria à Aclamação da soberania portuguesa foi a sublevação da Catalunha (movimento dos segadores), ocorrida em 7 de Junho de 1640 (dia de *Corpus Christi*). A Monarquia Hispânica não só perdia o controlo de uma região chave, tampão da pressão militar francesa (que Richelieu também acicatou) como, pela primeira vez, tinha a guerra no interior das suas fronteiras peninsulares. A Insurreição da Catalunha impeliu Olivares, valido de Filipe IV, a recrutar soldados e nobres em Portugal para combater na frente catalã e desviou a atenção do poder central para um problema interno no «outro lado» da Península.

MOMENTOS DA ACLAMAÇÃO

Os catalisadores específicos do golpe foram: i) o projecto hispânico de União de Armas, que preconizava a organização de um exército permanente e unificado com 100 mil infantes, 10 mil cavalos e esquadras navais numerosas, cabendo a Portugal a responsabilidade de

contribuir com cerca de 6.000 soldados, preferencialmente para servirem em Itália (substituída depois pela Catalunha); ii) a nomeação do duque de Bragança para governador-geral das armas de Portugal, em meados de 1639, como forma de o comprometer com a política de Madrid e furtá-lo aos movimentos secessionistas portugueses; iii) a presença em Madrid, na altura, de muitos nobres portugueses afectos a Filipe IV, que acorreram à chamada de fidelidade, e o recrutamento de tropas para combaterem na Catalunha.

Os Conjurados e o Processo Conspirativo

Em finais de 1640, Olivares chamou D. João a Madrid, numa tentativa destinada a travar uma revolta que pressentia. O duque, aconselhado pelos conjurados, anuiu, mas protelou a ida com uma série de argumentos evasivos. Na verdade, os planos aceleravam-se em Lisboa e D. João nunca iria a Madrid, assumindo paulatinamente a ruptura da tutela apresentada pelos conjurados.

Não adianta questionar se D. João foi demasiado temeroso ou excessivamente prudente no assumir das responsabilidades que o País lhe exigiu; ou se, em face das suas renitências iniciais, os conjurados pensaram em oferecer a coroa ao seu filho, D. Teodósio, ou ao irmão, D. Duarte; pensar-se que teria sido a mulher, D. Luísa de Gusmão, a empurrá-lo para o trono ou que necessitou que fosse Deus a conduzi-lo a Lisboa, é ainda mais desprovido de sentido³. O papel inestimável de D. João em todo o processo foi apoucado pela historiografia liberal republicana do último quartel do século XIX (Alexandre Herculano, Pinheiro Chagas ou Oliveira Martins, entre outros). Como refere Joaquim Veríssimo Serrão:

*“a aparente indecisão do duque encobria, desde a primeira hora, uma vontade firme de triunfo, servindo plenamente os desejos dos conjurados. Não era D. João o chefe de uma revolta, mas a figura a quem cabia exercer a realeza, tendo de estar acima da organização militar que lhe abria as portas do trono. Assim lhe foi possível ser a «alma» de um movimento que, aparentemente, não tinha «cabeça», mas que ele dirigia do seu palácio de Vila Viçosa, sem correr um forte risco de suspeição por parte da duquesa de Mântua [vice-rainha de Portugal]. A sua maior qualidade foi a prudência com que soube refrear entusiasmos e não comprometer uma vitória que sentia ao seu alcance”*⁴.

Ao mesmo tempo que Madrid desconfiava que algo se preparava em Lisboa, embora não tivesse plena consciência da amplitude da oposição, da parte dos conjurados sabia-se das

³ Abílio Pires Lousada, ob. cit.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, Vol. V, Editorial Verbo, 1982.

dificuldades que o processo comportava: i) muitos nobres, distinguidos ao longo dos anos pelos Filipes, eram assumidamente pró-castelhanos; ii) grande parte do alto clero, com destaque para os dirigentes da Inquisição, opunha-se ao movimento; iii) os apoios externos não eram claros, onde as colónias jogavam a desfavor, dadas as intenções dos inimigos da Monarquia em marcar o terreno; iv) não havia um braço armado organizado que favorecesse um levantamento nacional.

A alta nobreza, representada pelo velho D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, e D. Antão de Almada, conde de Avranches, e a fidalguia de menor condição social, com João Pinto Ribeiro à cabeça, aceleraram os preparativos⁵. Os teólogos da Companhia de Jesus, animados por um sentimento anti-castelhano e imbuídos de um carácter messiânico, trataram de animar os espíritos nacionais para a nova Dinastia⁶. O alto clero, classe pouco entusiasmada com o que se congregava, com destaque para a oposição do arcebispo de Braga, D. Sebastião Matos de Noronha, tinha no arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, o seu lídimo representante, enquanto o padre Nicolau da Maia fomentou a revolta no povo e serviu de elo de ligação entre o baixo clero, a burguesia financeira de Lisboa e a Casa dos Vinte Quatro. D. Luís da Cunha obteve para D. João a adesão da praça de Elvas, garantia da defesa fronteiriça, e D. Filipa de Vilhena e D. Mariana de Lencastre motivaram as mulheres portuguesas, incitando ainda os filhos à luta.

Relativamente à conspiração, que evoluiu ao longo de dois anos, ficam para memória alguns momentos determinantes: i) a decisão definitiva de Aclamação da nova Dinastia foi deliberada em 12 de Outubro de 1640, numa assembleia realizada em casa de D. Antão de Almada; ii) o duque de Bragança deu o assentimento para o golpe através de uma carta que chegou aos conjurados em 21 de Novembro; iii) quatro dias depois teve lugar a reunião que marcou o 1.º de Dezembro para a acção; iv) entre 28/30 de Novembro definiram-se apoios, ultimaram-se preparativos e organizou-se o «plano de operações».

Entretanto, o secretário de Estado Miguel de Vasconcelos não só recebeu informações sobre a conjura em desenvolvimento como à sua secretária chegaram nomes de alguns dos fidalgos envolvidos. Convencido da pusilanimidade dos portugueses, protelou a questão, remetendo as informações para despacho em Madrid. Uma vez chegada às mãos de Olivares a

⁵ Grande parte dos conjurados tinha ligações afectivas ou serviam a Casa de Bragança, não admirando que as Casas Duais rivais no Reino, como as de Aveiro, Caminha ou Sabugal tivessem marcado presença nas conjuras posteriores contra D. João IV. Na verdade, a maioria dos conjurados unia-os teias interpessoais de mediana matriz nobiliárquica, com destaque para o Alentejo.

⁶ Gravitando à volta do duque, foram também os jesuítas que lhe vaticinaram um papel «sebastiânico», anunciando-lhe a vinda do encoberto, crença mística a que os nacionais se agarravam.

notícia do conluio, expediu ordem de prisão contra alguns dos implicados; que chegou a Lisboa já com os factos consumados⁷.

O Golpe Palaciano do Paço da Ribeira

Antes de mais, importa «desmontar» um mito conceptual que continua a fazer escola, a identificação do 1º de Dezembro de 1640 como revolução. Uma revolução é um acontecimento popular súbito e incontrolado que não obedece, normalmente, a um planeamento ponderado. Numa revolução as massas populares manifestam-se ruidosamente, movimentam-se e, então, surgem lideranças que enquadram o fervor revolucionário na procura de explorar as oportunidades que se apresentam, orientar as movimentações e assumir os resultados. Foi o que sucedeu em Barcelona, em Junho de 1640. Mas não foi, manifestamente, o que ocorreu em Lisboa, que se afigura como um golpe de estado. De facto, verificou-se uma fase de conspiração, planeamento e execução. A actuação foi súbita e de resultados conclusivos, feita por uma elite que só contou com a afluência do povo de Lisboa uma vez consumado o golpe com sucesso.

Entre reuniões e encontros fortuítos no Palácio de Antão de Almada, na Igreja de São Domingos, em Xabregas ou em Santos, o ânimo dos conjurados deambulou entre o efusivo, o céptico e o realismo. No centro da questão estava a anuência do duque de Bragança, o perigo do efectivo militar aquartelado no castelo de São Jorge, alguns navios fundeados no Tejo e o *mudus operandi* de atacar e controlar o Paço da Ribeira, onde Miguel de Vasconcelos devia ser morto e Margarida de Mântua aprisionada, fórmula para anular a reação inimiga.

Os conjurados sabiam que a execução do golpe, para ter sucesso, tinha que ser célere, correnada e conclusiva. Foi desencadeado na manhã de Sábado de 1 de Dezembro de 1640, perpetrado por um conjunto de fidalgos (71) e nobres (36), mais os ajudantes das respectivos casas (um total de cerca de 200 pessoas)⁸. Vindos de várias direções e de forma pausada, a pé, a cavalo ou de coche, foram-se posicionando no Terreiro do Paço. Logo que tocaram as 9h da manhã, o plano foi posto em prática e acometeram contra o Paço da Ribeira, sede do governo castelhano em Portugal: i) um grupo irrompeu pelo palácio adentro para anular a guarda tudesca (alemã); ii) são disparados tiros do palácio para o exterior, onde um 2.º grupo aguarda para acometer e manietar a guarda castelhana, sita numa das alas do edifício; iii) no palácio,

⁷ Rafael Valladares, La Rebelión de Portugal 1640-1680. Guerra, Conflicto y Poderes en la Monarquía Hispánica, Junta de Castilla y León, 1998

⁸ Apesar dos elementos envolvidos, para a posteridade ficou o número de 40. Simbolicamente, os fidalgos assumiram o n.º 40 por associação à Quaresma (penitência e sofrimento durante a ocupação filipina), que desemboca na Ressurreição da Pátria Portuguesa. Ou seja, transição da escuridão espanhola, para a luz lusitana.

um grupo procura Miguel de Vasconcelos, que encontraram escondido num armário, onde foi espingardeado e depois arremetido janela fora para o meio da rua; iv) outros intimaram a vice-rainha à rendição; v) D. Miguel de Almeida foi à varanda gritar o sucesso da intentona, dando vivas à liberdade da Pátria e à realeza do duque de Bragança, perante os populares incitados no Terreiro pelo padre Gonçalo da Costa; vi) consumado o golpe, o povo afluiu em massa e o sucesso do dia estava garantido, cabendo aos padres a galvanização das gentes e ao arcebispo da cidade a imediata organização de uma procissão em ação de graças.

Temiam-se, entretanto, os 500 militares aquartelados no castelo de S. Jorge, que foram cercados da parte da tarde e intimados à rendição. O que aconteceu no dia seguinte, depois de ser entregue ao comandante castelhano, Luís del Campo, uma carta assinada pela duquesa de Mântua; o mesmo aconteceu com os navios fundeados no Tejo. Nos dias seguintes, as fortalezas circundantes e respectivas forças militares foram também anuladas: castelo de Almada, torre de Belém, fortes de S. António, S. Julião da Barra (mais bem guarnecido e comandado por Fernando de la Cueva) e da Cabeça Seca (Bugio). A fortaleza de Cascais rendeu-se a 10 de Dezembro, a 17 o castelo de S. Filipe e a torre de Outão, em Setúbal⁹.

Como frisa Schaub, “*a dimensão miraculosa da Restauração reside inteiramente no seu carácter definitivo*”¹⁰ e na pronta adesão popular, representantes de um núcleo de resistentes entusiasmados, dissipando o poder e a presença castelhanas em Portugal. No dia 6 de Dezembro, D. João chegou a Lisboa, sendo formalmente aclamado rei de Portugal no dia 15, em cerimónia realizada no Terreiro do Paço, frente ao Paço da Ribeira. Quase sem excepção, a Aclamação foi de imediato acolhida em todo o território português e nas possessões ultramarinas.

A notícia da do golpe de Estado chegou a Madrid a 6 de Dezembro, sendo recebida com alguma displicência por Olivares. De tal forma, que este terá dito a Filipe IV que o acto de loucura do duque de Bragança permitiria à Coroa ganhar um ducado e doze milhões, relativos ao confisco do respectivo ducado. Mas houve quem se inquietasse, como o secretário do Conselho da Flandres, Jacques de Brecht, que alertou para a possibilidade de o comprometimento do duque de Bragança ser fundamentado por garantias recebidas do exterior¹¹. Entretanto, um espião português comunicou em Lisboa que na corte de Madrid

⁹ D. Luís de Menezes, *História de Portugal Restaurado*, Tomo II, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006; Rafael Valladares, ob. cit.; Rocha Martins, *Grandes Vultos da Restauração de Portugal*, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1940.

¹⁰ Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

¹¹ J. H. Elliot, *El Conde-Duque de Olivares*, Barcelona, Editorial Crítica, Novembro de 1991.

estavam todos pasmados e que Olivares simplesmente não conseguia dormir, chamando constantemente Diogo Soares durante a noite para falar com ele¹².

Seja como for, a 7 de Dezembro era dado como assente em Madrid que a revolta portuguesa triunfara. De imediato se colocou um manto de silêncio sobre o assunto, em face dos problemas de unidade interna vividos pela Monarquia, e se determinaram medidas para travar igual desiderato nas províncias ultramarinas portuguesas. Entretanto, parte dos nobres que estavam junto da corte de Madrid, apanhados de surpresa pelos acontecimentos, permaneceram nos seus postos.

RACIOCÍNIO GEOPOLÍTICO DOS RESTAURADORES

A 1 de Dezembro de 1640, Portugal era um actor político diferenciado do que fora em 1580, quando perdeu a soberania, ou do período áureo da dinastia joanina. A preservação da individualidade política do Estado passou a ser o objectivo vital. Para tanto, os Restauradores tinham de aquilatar da especificidade dos factores geopolíticos constantes do momento e o *modus operandi* estratégico que permitisse a sua viabilização. Paralelamente, impunha-se a obtenção de um mínimo de condições de bem-estar e progresso social, capazes de consubstanciar a força anímica de uma Nação em muito dependente da astúcia, carácter e vontade política dos seus representantes.

O raciocínio geopolítico que terá norteado a conduta estratégica dos Restauradores foram, essencialmente, três: 1) necessidade de legitimação da Dinastia de Bragança pelas potências da Europa – Diplomacia em tempo de guerra; 2) defesa do espaço fronteiriço metropolitano face à Monarquia Hispânica – estratégia militar; 3) recuperação da suserania das possessões ultramarinas perdidas durante a União Ibérica – Diplomacia e Guerra face às Províncias Unidas¹³.

Legitimar Internacionalmente a Dinastia

Como Madrid tachou D. João IV de rebelde e coagiu as potências europeias a não se imiscuírem nos assuntos peninsulares, o trabalho de legitimação externa da nova Dinastia e da realeza de D. João IV recaiu nos diplomatas. A estes se entregou a hercúlea tarefa de alcançar junto das casas reinantes inimigas da Espanha (França, Inglaterra, Suécia e Holanda) o reconhecimento oficial da legitimidade soberana de D. João IV e, dentro do possível, a

¹² Rafael Valladares, ob. cit.

¹³ Abílio Pires Lousada, ob. cit.

assinatura de tratados de aliança que permitissem a vinda de soldados, material de guerra e víveres.

Foi através do Direito que se procurou legitimar internacionalmente a realeza de D. João IV, apoiando-se os embaixadores portugueses em duas argumentações: por um lado, advogaram que, em 1580, o trono português tinha sido ilegitimamente arrebatado pela força das armas de Filipe II, tido como pertença de D. Catarina de Bragança, por outro lado, para além de ilegítimo, o poder filipino fora opressivo e incumpridor das promessas firmadas em Tomar, pelo que o golpe de 1º de Dezembro se limitava a repor a legitimidade¹⁴.

No entanto, a missão das legações portuguesas não era fácil de cumprir, uma vez que o cenário se afigurava complexo e diversificado. País de forte conservadorismo católico, desde a reforma que Portugal estivera sempre no campo contrário ao dos protestantes. Agora, era junto destes que teria de obter apoios, tanto mais que a Santa Sé não acolheu a Aclamação por deferência com o «rei católico» de Espanha¹⁵. Outra complicação com que os negociadores portugueses tiveram de lidar foram a questão europeia e a ultramarina, que teriam que ser tratadas separadamente, pois os países que potencialmente poderiam auxiliar Portugal a desagregar-se da Espanha eram basicamente os mesmos que o afrontavam no Ultramar. Neste contexto, a diplomacia portuguesa teria de angariar apoios junto dos inimigos da Espanha e fazer as pazes tão depressa quanto possível com os inimigos ultramarinos. É que a Europa protestante não aceitava levemente um Portugal independente, saído da influência dos Habsburgos e a querer entrar no seu campo, pois, para eles, o peso militar de Portugal pouco acrescentava ao esforço militar que estes desenvolviam contra a Espanha e, juridicamente, era-lhes mais difícil apoderarem-se dos domínios ultramarinos portugueses que, indubitavelmente, cobiçavam¹⁶.

Assim sendo, fácil é de constatar que Portugal saiu de um campo e tinha imensas dificuldades para entrar no outro. Por isso, impunha-se-lhe gizar uma estratégia diplomática cautelosa e objectiva, que procurasse evitar o isolamento externo que a Espanha lhe movia, ganhar aliados para apoiar a causa, evitando assumir compromissos inoportáveis, e firmar tréguas com os seus inimigos ultramarinos. Até à morte de Richelieu (1642), a França foi o apoio mais firme com que Portugal pôde contar, tornando-se algo complexo e, por vezes, contraditório durante o governo de Mazarino para, a partir de 1660, com Luís XIV, o auxílio

¹⁴ Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

¹⁵ Luís Soares de Oliveira, *História Diplomática, o Período Europeu (1580-1917)*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1994.

¹⁶ Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, Vol. I, Lisboa, Editorial Resistência, 1979.

ser prestado indirectamente, via Inglaterra. No tocante a este país, a aliança que firmou com Portugal, numa altura em que a guerra contra a Espanha entrava numa fase crucial, permitiu, não só, às forças militares lusitanas suste e rechaçar as ofensivas militares castelhanas, como foi a própria pressão política de Carlos II que obrigou a Espanha a assinar a paz definitiva com Portugal.

Defender o Território Metropolitano

O segundo objectivo preconizava, através da coacção militar, inviabilizar a reabsorção por Castela da Terra Portucalense – objectivo Vital.

Enquanto decorria o trabalho dos diplomatas, a ameaça mais premente a anular era ameaça militar hispânica e a necessidade de manter inviolável o território e a soberania portuguesa. A missão foi conferida ao Conselho de Guerra, enquanto órgão de tutela, e à disponibilidade dos cabos-de-guerra (ver Portugal e Espanha – Estratégias em Confronto).

Recuperar os Domínios Ultramarinos

O terceiro objectivo enveredou pela convergência estratégica do binómio Diplomacia/Guerra, constituindo as Províncias Unidas (Holanda) o actor perturbador, sendo a recuperação do território do Brasil e a liberdade de acção no espaço geopolítico Atlântico os objectivos ultramarinos vitais a atingir. Ou seja, para os Restauradores o Império Marítimo do Oriente surge secundarizado, constituindo a opção Brasil o assumir de um risco.

A recuperação dos territórios além-mar, coordenada pelo Conselho Ultramarino, impunha-se, por razões de prestígio imperial, necessidade económica e «dever patriótico». Na verdade, com excepção de Ceuta (definitivamente perdida), aderiram prontamente à causa. Os principais antagonistas que importava ultrapassar eram a França no Maranhão, a Inglaterra a Oriente e a Holanda na costa brasileira, Angola e Insulíndia. Com a Inglaterra a situação foi resolvida pela via diplomática em que, no âmbito do casamento de D. Catarina (filha de D. João IV) com Carlos II, se cedeu as praças de Tânger, no Norte de África, e de Bombaim, na Índia, assim como a avultada soma de 2.000.000 de cruzados.

Já a ameaça holandesa revelou-se mais problemática. Praticamente negligenciando os domínios orientais, Portugal efectuou a defesa das suas possessões africanas e brasileiras contra a Holanda através da diplomacia e da guerra. Sabia-se que, sem os escravos africanos, a economia brasileira, assente na produção açucareira, era inviável, e que era impraticável alimentar a máquina administrativa e militar de Lisboa, para travar a pressão espanhola, sem os rendimentos brasílicos do açúcar. Assim, uma vez que a Holanda era aliada na Europa

contra a Espanha e competidor declarado no Atlântico, Portugal assumiu uma política dualista: ao mesmo tempo que os embaixadores em Haia sustentavam a boa-fé da parceria luso-holandesa contra o inimigo comum, na faixa litoral do Brasil os militares, os colonos, os nativos e os missionários tratavam de combater e expulsar o intruso holandês e a Companhia das Índias Ocidentais (VIC)¹⁷. Recorrendo inicialmente à guerra subversiva e, depois, ao combate regular (vitórias de Guararapes, 1648 e 1649), foi possível à coroa portuguesa reaver integralmente o Brasil (1654), para o que muito contribuiu a reabsorção da costa ocidental africana, através da manobra naval de Salvador Correia de Sá e da vitória nos combates de Luanda (1648).

PORTUGAL E ESPANHA – ESTRATÉGIAS EM CONFRONTO¹⁸

Após o 1.º de Dezembro de 1640, a premência da guerra obrigou os Restauradores a preocuparem-se em reestruturar e adaptar a «máquina» político-administrativa do Estado, lançaram as bases de um exército e implementaram um sistema defensivo de fronteira destinado a barrar os eixos de aproximação do inimigo. Neste particular, relevam-se as preocupações do Conselho de Guerra e a determinação da Junta das Fronteiras na organização defensiva da raia seca e costeira, de modo a negar o interior do território ao invasor.

Filipe IV/Olivares e a Estratégia de Castela

A Aclamação do Duque de Bragança colocou Castela perante uma guerra em duas frentes (opostas) na Península Ibérica, devido à questão da Catalunha. Se a esta situação acrescentarmos o empenhamento militar hispânico na Flandres, contra a separação dos Países Baixos (desde 1568), na Alemanha, onde combatia os Estados protestantes desde 1618, e na Itália (1629-1659), onde contava com a oposição da França (que apoiava explicitamente também os catalães), facilmente se percebe que, militarmente, a Monarquia Hispânica era um Império sitiado.

A justificação principal para o sucesso da Aclamação portuguesa está na errática política externa de Filipe IV e no equívoco de chancelaria por parte de Olivares, que não identificou a secessão portuguesa como um problema interno a debelar no imediato, secundarizando-o relativamente ao catalão. Ao protelar a sua resolução no espaço e no tempo, Madrid permitiu um facto consumado em Portugal, favoreceu a crescente força anímica dos Restauradores e da população portuguesa, deu azo a que o aparelho diplomático e o militar

¹⁷ Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

¹⁸ Abílio Pires Lousada, ob. cit.

portugueses se adestrassem e perdeu os recursos económicos fornecidos pelo «Atlântico Português». Inclusivamente, a leviandade com que em Vestefália (acordos de 1648) obstaculizou um acordo de paz com a França, retirou-lhe margem de manobra para impor o *diktat* em Portugal, numa altura em que isso ainda podia ser possível.

Aliás, entendemos que a incapacidade militar e a intransigência da Monarquia relativamente à França foi o factor que viabilizou a soberania portuguesa.

Quando, após o Tratado dos Pirenéus com a França (1659), concentrou as suas atenções em Portugal era já demasiado tarde, tanto mais que Lisboa fez da Inglaterra o fiador da sua emancipação.

Dessa forma, incapaz de contemporizar com os adversários, de hierarquizar os objectivos capazes de viabilizarem uma reafecção dos recursos disponíveis (crescentemente escassos), a Monarquia enredou-se numa guerra generalizada na Europa, que paulatinamente a estrangulou.

Em suma, a estratégia de Castela relativamente a Portugal cingiu-se: i) pressão militar na fronteira; ii) acções insidiosas no interior do território lusitano (alta nobreza, Inquisição e a judiaria financeira); iii) isolamento externo de Portugal. Portanto, incapaz de uma acção militar de aniquilamento, a Espanha adoptou a ameaça directa em conjugação com a acção indirecta de neutralização, enquanto manobras estratégicas adoptadas. Que se revelaram insuficientes.

D. João IV e a Estratégia dos Restauradores

Ao invés, a Dinastia Portuguesa teve a visão estratégica suficiente não só para aproveitar a ligeireza política de Madrid face ao ocorrido na capital portuguesa, como soube capitalizar a favorável conjuntura europeia, garantindo a liberdade de acção estratégica internacional que amiúde faltou a Filipe IV.

A premência da guerra motivou a reorganização estrutural do Reino. D. João IV, que assumiu a responsabilidade pela estratégia integral do Estado, apoiou-se em quatro Conselhos para a condução dos destinos da Nação: Conselho de Estado, responsável pela condução da política interna e europeia; Conselho da Fazenda, que executava funções de natureza económico-financeira relativas ao continente e ao Império; Conselho Ultramarino, responsável pela administração das possessões coloniais, exceptuando as africanas; Conselho de Guerra, que decidia sobre questões militares.

Fazendo um uso harmonioso dos ingredientes da Estratégia (definição dos objectivos, identificação da ameaça, e procura dos meios), os Restauradores manobraram diplomaticamente nos ambientes de conflitualidade que lhes era favorável, isto é, apoiaram-se

nos inimigos do inimigo, lançando mão do poder funcional conferido pelos domínios ultramarinos.

Assim, Portugal adoptou uma estratégia militar defensiva para se opor a Castela, negando o interior do território português a um campo de batalha e blindando Lisboa ao assédio inimigo (não deu procuração de defesa militar a nenhum aliado); procurou legitimar a Dinastia junto das potências que combatiam a Monarquia (protestantes e França), procurando evitar o isolamento externo e, paralelamente, não ficar uni dependente, de molde a favorecer a acção militar; procurou não assumir compromissos externos inoportunos.

Foi desse modo que Portugal sustentou a restauração dinástica, numa primeira fase através da França e, num segundo período, sob patrocínio britânico, país com quem alcançou laços de família.

DA ACLAMAÇÃO À RESTAURAÇÃO

O ataque infrutífero das tropas espanholas às praças de Elvas e Olivença, a 9 de Junho de 1641, marcou o início da guerra. Uma guerra que durante os dezasseis anos do reinado de D. João IV se travou ao longo da faixa fronteira, onde se instalaram as guarnições militares. Com o País em estado de guerra, os Restauradores definiram a implementação de uma Nação em Armas, onde os cidadãos dos concelhos, a par das actividades do quotidiano, estavam mentalizados do dever de pegar em armas para defender as suas terras, os seus bens e os seus concidadãos. A base de organização militar consistia no recrutamento assente no sistema de ordenanças, que proovesse um exército permanente e profissional, pelo menos enquanto durasse a guerra, e um vasto contingente de milícias e auxiliares para os momentos da maior urgência e necessidade. Paralelamente, ergueram-se fortificações, reconstruíram-se praças-fortes e desenvolveram-se linhas abaluartadas. Impunha-se negar o interior do território às tropas do inimigo.

Assistiu-se, então, a uma série interminável de ataques e de defesa de parte a parte, de recontros e escaramuças, de pequenas vitórias e derrotas, usualmente de resultados inconclusivos. Uma guerra de usura feita de investidas da cavalaria, morticínios praticados pela tropa a pé, saque do gado, queima de culturas cerealíferas, destruições das povoações e sevícias às populações. Enfim, confrontos menos motivados pela conquista ou controlo territorial e mais pela danificação dos bens materiais do inimigo e pela negação da sua força moral e vontade de combater. E esta realidade aconteceu, com maior ou menor intensidade, em todas as áreas da raia, fosse no Minho, em Trás-os-Montes, nas Beiras ou, com especial incidência, no Alto Alentejo. De tal forma que os militares portugueses (e os castelhanos)

podem ser definidos como “melhores pilhantes que grandes soldados”¹⁹. Este tipo de guerra, em larga medida desenrolada em torno das praças-fortes, sangrou as regiões fronteiriças, tanto demográfica como economicamente.

Quando D. João IV morreu (1656), os objectivos estratégicos da Restauração estavam cumpridos, embora não consolidados. A Dinastia de Bragança levava dezasseis anos de existência, as fronteiras continentais estavam fortalecidas e vigiadas por uma máquina militar experimentada por anos de guerra, a força anímica da nação e a mentalização nacional de que era possível a independência era uma realidade, a liberdade de acção diplomática era obtida por um conjunto de «agentes» que se iam revelando mestres do seu ofício, o Brasil estava recuperado, em África mantinha-se a suserania da costa ocidental, a posse de Moçambique, na oriental, e o domínio de Tânger e Mazagão a Norte e, no Oriente, manteve-se Macau e as ilhas mais afastadas do grupo de Sunda Menor.

Após a morte de D. João IV, a rainha D. Luísa de Gusmão assumiu a regência e governou em nome de D. Afonso VI, enquanto a Espanha de novo pressionou militarmente o território português. Chegara o momento de enveredar por uma estratégia directa contra um país que, pelo menos aparentemente, estava politicamente fragilizado pois deixara de poder contar com significativos apoios externos. Porém, ao protelar durante uma vintena de anos o problema ibérico, Madrid permitiu que Portugal se organizasse e fortalecesse, enquanto possibilitou o enraizamento da irreversibilidade da independência do país na mente de todos os residentes.

Em 1657, Olivença caiu em poder dos espanhóis e, no ano seguinte, Elvas foi cercada. A guerra entrou, então, numa nova fase, com destaque para as ocorrências na faixa entre a Extremadura castelhana (Badajoz) e o Alentejo português (Elvas-Estremoz). É verdade que os inconclusivos recontros fronteiriços permaneceram, as populações raianas continuaram a sofrer as agruras de uma guerra longa e desgastante, as deserções em ambas as partes e a falta de numerário para pagar às tropas continuaram a constituir o maior problema dos comandantes, a par da crónica falta de contingentes disponíveis. No seio dos altos quadros militares permaneceram as animosidades e competições desregradas, lesivas de uma coerente linha de conduta militar. Mas nesta fase, os contendores definiram objectivos estratégicos a atingir, a guerra foi travada através de efectivos militares mais numerosos e as manobras tácticas conduziram a um conjunto de batalhas campais que decidiram a guerra a favor de Portugal.

¹⁹ Belisário Pimenta, “O Problema dos Comandos na Guerra da Restauração”, *Separata do Volume Especial da Revista de Guimarães*, Porto, Tipografia Costa Carregal, 1940.

A guerra decidiu-se a Sul. Foi aí que as pretensões espanholas em reconquistar Portugal fracassaram definitivamente. Em 8 de Junho de 1663, o conde de Vila Flor desbaratou na Batalha do Ameixial (entre Évora e Estremoz) o exército de Juan da Áustria, filho bastardo do rei Filipe IV. Dois anos depois, a 17 de Junho, foi o conde de Cantanhede quem infligiu copiosa derrota aos comandados do marquês de Caracena, na Batalha de Montes Claros (entre Vila Viçosa e Estremoz). Nesse mesmo ano, um agastado Filipe IV morreu.

Portanto, D. João IV susteve o trono ao ter almejado o imediato apoio da potência mais importante da altura – a França; D. Luísa Gusmão, no período mais temeroso (1656-1662), contou com o apoio da Inglaterra; o Conde de Castelo Melhor, no momento crucial (1662-1667), governou de forma dualista, perante essas duas potências, que passaram a rivalizar no «patrocínio» à Restauração; por fim, D. Pedro (1667-1668) escolheu o aliado mais consistente e com maiores garantias de futuro (a Inglaterra) para impor um fim definitivo à guerra, obrigando a Espanha a negociar o reconhecimento da Dinastia Portuguesa.

Finalmente, com os acordos de Janeiro-Fevereiro de 1668 (Madrid e Lisboa), Portugal respirava paz e virava-se uma nova página da sua História.